

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 - 2º ao 10º, 12º e 19º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20.091-020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade nucleoeleétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 15, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAAA.

A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	1
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97		

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2012.

Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.1.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Reapresentação das cifras comparativas

As demonstrações contábeis anteriormente publicadas pela Companhia referentes a 31 de dezembro de 2010 e, conseqüentemente as de 1º de janeiro de 2010, estão sendo reapresentadas, em função dos seguintes aspectos:

- correções de erros relacionados a exercícios anteriores e, somente identificados quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011;
- reclassificações e mudanças de nomenclaturas de contas contábeis a fim de uniformizá-las com as adotadas por sua controladora.

As naturezas desses ajustes e reclassificações estão detalhadas nos quadros a seguir:

d.1) Balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2010 (em milhares de reais)				
ATIVO	ANTERIORES PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA	AJUSTES	AJUSTADO
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	71.389	-	-	71.389
Concessionárias e permissionárias	236.472	(236.472)	-	-
Clientes	-	236.472	-	236.472
Devedores diversos	30.299	(30.299)	-	-
Estoque de combustível nuclear	324.634	-	-	324.634
Almoxarifado	40.579	-	-	40.579
Créditos fiscais	17.211	(17.211)	-	-
Tributos e contribuições sociais	-	17.211	-	17.211
Outros direitos	3.102	(3.102)	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	3.102	-	3.102
Outros	-	30.299	-	30.299
	723.686	-	-	723.686
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Concessionárias e permissionárias	91.710	(91.710)	-	-
Clientes	-	91.710	-	91.710
Concentrado de urânio	111.199	(111.199)	-	-
Elementos de combustível nuclear	239.771	(239.771)	-	-
Serviço em curso - comb. nuclear	137.161	(137.161)	-	-
Estoque de combustível nuclear	-	488.131	-	488.131
Material de almoxarifado	267.303	-	(a) (267.303)	-
Fundo para descomissionamento	66.738	(66.738)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	66.738	-	66.738
Depósitos vinculados	29.830	-	-	29.830
Outros	17.235	-	-	17.235
	960.947	-	(267.303)	693.644
Investimentos	1.265	-	-	1.265
Imobilizado	5.658.372	-	(b) 259.355	5.917.727
Intangível	29.907	-	-	29.907
	6.650.491	-	(7.948)	6.642.543
TOTAL	7.374.177	-	(7.948)	7.366.229

Os ajustes efetuados no saldo de abertura (1º de janeiro de 2010) estão descritos a seguir:

- (a) Reclassificação de R\$ 267.303 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado, relativo a peças sobressalentes e de itens de segurança das usinas de Angra 1 e Angra 2, em conformidade com o previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Imobilizado;

- (b) Reclassificação de R\$ 267.303 mil do almoxarifado, conforme detalhado no item (a) e reconhecimento de despesa de depreciação desses itens, no valor de R\$ 7.948 mil, em contrapartida de prejuízos acumulados;

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2010 (em milhares de reais)				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANTERIORMENTE	RECLASSIFICAÇÕES	AJUSTES	AJUSTADO
	PUBLICADO	E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA		
CIRCULANTE				
Encargos de dívidas - emprést. e financiamentos	1.734	(1.734)	-	-
Financiamentos e empréstimos	68.569	1.734	-	70.303
Fornecedores	282.015	-	-	282.015
Tributos e contribuições sociais	65.836	10.193	-	76.029
Dividendos	27.460	(27.460)	-	-
Remuneração aos acionistas	-	27.460	-	27.460
Entidade de previdência privada	26.050	-	-	26.050
Obrigações de folha de pagamento	13.907	(13.907)	-	-
Provisão de férias	47.961	(47.961)	-	-
Obrigações estimadas	-	51.675 (c)	(557)	51.118
Encargos setoriais	-	8.876	-	8.876
Participação nos lucros ou resultados	13.088	-	-	13.088
Outros	9.921	(8.876)	-	1.045
	556.541	-	(557)	555.984
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	3.043.441	-	-	3.043.441
Benefícios pós-emprego	63.722	-	-	63.722
Passivo para descomissionamento	323.326	(323.326)	-	-
Obrigações para desmobilização dos ativos	-	323.326	-	323.326
Entidade de previdência privada - dívida	76.809	-	-	76.809
Provisões para contingências	49.928	-	-	49.928
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.663	(54.663)	-	-
Tributos e contribuições sociais	71.487	54.663 (d)	7.491	133.641
	3.683.376	-	7.491	3.690.867
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	3.296.032	-	-	3.296.032
Reserva de capital	903.064	-	-	903.064
Reserva de lucros	123.396	-	-	123.396
Prejuízos acumulados	(1.197.067)	-	(F) (106.640)	(1.303.707)
Dividendo adicional proposto	82.381	-	-	82.381
Outros resultados abrangentes	(73.546)	-	(e) 91.758	18.212
	3.134.260	-	(14.882)	3.119.378
TOTAL	7.374.177	-	(7.948)	7.366.229

- (c) Reversão de provisão registrada indevidamente no valor de R\$ 557 mil em contrapartida de prejuízos acumulados;

- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 7.491 mil, sendo: (i) R\$ 9.382 mil decorrente dos ajustes atuariais reconhecidos indevidamente em prejuízos acumulados e, (ii) R\$ 1.891 mil decorrente da depreciação explicada no item (b) em contrapartida de prejuízos acumulados;

- (e) Perdas atuariais reconhecidas indevidamente em prejuízos acumulados, no valor de R\$ 139.027 mil, bruto dos impostos diferidos (R\$ 47.269 mil);
- (f) Deve-se às perdas atuariais de R\$ 91.758 mil mencionado no item (e), adicionados à depreciação de R\$ 7.948 mil (item b) e dos impostos diferidos de R\$ 7.491 mil (item d), reduzidas da reversão de provisão de R\$ 557 mil (item c).

d.2) Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)						
ATIVO	ANTERIORMENTE PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA	AJUSTES - 1º de janeiro de 2010	AJUSTES 2010		AJUSTADO
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	79.371	-	-	-	-	79.371
Concessionárias e permissionárias	176.872	(176.872)	-	-	-	-
Clientes	-	176.872	-	-	-	176.872
Devedores diversos	25.103	(25.103)	-	-	-	-
Estoque de combustível nuclear	297.972	-	-	-	-	297.972
Almoxarifado	55.984	-	-	(g)	(15.516)	40.468
Créditos fiscais	41.436	(41.436)	-	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	-	41.436	-	-	-	41.436
Despesas pagas antecipadamente	-	2.968	-	-	-	2.968
Outros	2.973	22.135	-	-	-	25.108
	679.711	-	-		(15.516)	664.195
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Concessionárias e permissionárias	91.710	(91.710)	-	-	-	-
Clientes	-	91.710	-	-	-	91.710
Devedores diversos	23.903	(23.903)	-	-	-	-
Concentrado de urânio	65.179	(65.179)	-	-	-	-
Elementos de combustível nuclear	392.133	(392.133)	-	-	-	-
Serviço em curso - comb. nuclear	66.645	(66.645)	-	-	-	-
Estoque de combustível nuclear	-	523.957	-	-	-	523.957
Material de almoxarifado	275.599	-	(267.303)	(h)	(8.296)	-
Fundo para descomissionamento	102.613	(102.613)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	102.613	-	-	-	102.613
Depósitos vinculados	32.536	-	-	-	-	32.536
Outros	17.021	23.903	-	-	-	40.924
	1.067.339	-	(267.303)		(8.296)	791.740
Investimentos	1.265	-	-	-	-	1.265
Imobilizado	6.024.242	-	259.355	(i)	12.153	6.295.750
Intangível	34.170	-	-	-	-	34.170
	7.127.016	-	(7.948)		3.857	7.122.925
TOTAL	7.806.727	-	(7.948)		(11.659)	7.787.120

- (g) Reclassificação para o imobilizado de R\$ 15.516 mil de adiantamentos a fornecedores, registrados indevidamente no almoxarifado (ativo circulante);

- (h) Reclassificação de R\$ 8.296 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado, relativo a peças sobressalentes das usinas Angra 1 e Angra 2, em conformidade com o previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Imobilizado;
- (i) Transferências mencionadas nos itens (g) e (h) acima e que totalizam R\$ 23.812 mil, deduzidos da depreciação de R\$ 11.659 mil relativa ao registro de ativo imobilizado reclassificado do almoxarifado, conforme detalhado no item (b).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANTERIORES PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA	AJUSTES - 1º de janeiro de 2010	AJUSTES 2010	AJUSTADO
CIRCULANTE					
Encargos de dívidas - emprést. e financiamentos	263	(263)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	50.337	263	-	-	50.600
Fornecedores	186.302	-	-	-	186.302
Tributos e contribuições sociais	65.289	13.683	-	-	78.972
Entidade de previdência privada	30.264	-	-	-	30.264
Obrigações de folha de pagamento	19.913	(19.913)	-	-	-
Provisão de férias	61.541	(61.541)	-	-	-
Obrigações estimadas	-	58.320	(557)	(i) (3.330)	54.433
Encargos setoriais	-	11.188	-	-	11.188
Participação nos lucros ou resultados	3.459	-	-	-	3.459
Outros	12.742	(1.737)	-	-	11.005
	430.110	-	(557)	(3.330)	426.223
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	548.771	-	-	-	548.771
Benefícios pós-emprego	34.494	-	-	-	34.494
Passivo para descomissionamento	375.968	(375.968)	-	-	-
Obrigações para desmobilização dos ativos	-	375.968	-	-	375.968
Entidade de previdência privada - dívida	53.471	-	-	-	53.471
Provisões para contingências	44.874	-	-	-	44.874
Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.309.744	-	-	-	3.309.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.703	(6.703)	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	55.333	6.703	7.491	(k) (54)	69.473
Outros	1.019	-	-	-	1.019
	4.430.377	-	7.491	(54)	4.437.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	3.296.032	-	-	-	3.296.032
Reserva de capital	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(305.361)	-	(106.640)	(m) 15.555	(396.446)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(44.431)	-	91.758	(l) (23.830)	23.497
	2.946.240	-	(14.882)	(8.275)	2.923.083
TOTAL	7.806.727	-	(7.948)	(11.659)	7.787.120

- (j) Reversão de provisão registrada indevidamente no valor de R\$ 3.330 mil em contrapartida de prejuízos acumulados;
- (k) Imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 54 mil, sendo: (i) R\$ 2.721 mil decorrente dos ajustes atuariais reconhecidos indevidamente em prejuízos acumulados e, (ii) R\$ 2.775 mil decorrente da depreciação explicada no item (b), em contrapartida de prejuízos acumulados;

- (l) Ganhos atuariais reconhecidos indevidamente em prejuízos acumulados, no valor de R\$ 36.107 mil, bruto dos impostos diferidos (R\$ 12.277 mil);
- (m) Deve-se aos ganhos atuariais de R\$ 23.830 mil mencionados no item (e), adicionados da reversão de provisão de R\$ 3.330 mil (item j) e dos impostos diferidos de R\$ 54 mil (item k) e, reduzidos da depreciação de R\$ 11.659 mil (item i);

d.3) Resultado de 2010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)				
	ANTERIORES PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES	AJUSTES	AJUSTADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.671.951	398	-	1.672.349
CUSTO OPERACIONAL	(1.087.188)	17.883	(9.137)	(1.078.442)
Lucro bruto	584.763	18.281	(9.137)	593.907
DESPESAS OPERACIONAIS	(197.700)	(18.281)	36.915	(179.066)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	387.063	-	27.778	414.841
RESULTADO FINANCEIRO	(582.943)	-	-	(582.943)
Resultado antes dos Impostos	(195.880)	-	27.778	(168.102)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.832)	-	-	(1.832)
Imposto de Renda e Contrib.Social Diferidos	62.958	-	(12.223)	50.735
Prejuízo do Exercício	(134.754)	-	15.555	(119.199)

- (n) Ajustes no custo operacional de R\$ 9.137 mil, compostos por R\$ 11.659 mil – referentes à depreciação dos itens reclassificados para o imobilizado (item i) e R\$ 2.522 mil de reversão de provisão indevidamente reconhecida (item j), sendo a parcela remanescente revertida em contrapartida às despesas operacionais, conforme detalhado a seguir;
- (o) Ajuste nas despesas operacionais de R\$ 36.915 mil, composto de R\$ 36.107 mil referente a ganhos atuariais reconhecidos indevidamente no resultado e R\$ 808 mil de reversão de provisão;
- (p) Ajuste no IR e CSLL de R\$ 12.223 mil, composto por R\$ 2.775 mil decorrente do impacto da depreciação mencionada no item (n) e R\$ 14.998 mil de impostos diferidos sobre ganhos atuariais, reconhecidos indevidamente no resultado de 2010.

3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de uma série de fatores, como a taxa de desconto determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1% maior que a estimativa da administração (6,49 % em substituição a 5,49%), a Companhia teria reconhecido uma redução do passivo de R\$ 54 milhões, em contrapartida ao ativo imobilizado.

c) *Impairment* de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 15a).

Não foram identificadas perdas (*impairment*) no exercício de 2011.

Se a taxa de desconto estimada, antes do imposto, aplicada aos fluxos de caixa descontados das usinas Angra 1 e Angra 2 fosse 1% maior que as estimativas da administração (6,49% em substituição a 5,49%), mesmo assim, a Companhia não teria reconhecido perda (*impairment*) em 31 de dezembro de 2011.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que, fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 - *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía somente duas operações com derivativos (compra de dólar no mercado futuro e operação com swap), não denominada como instrumento de *hedge de fluxo de caixa*, conforme detalhado na Nota 11.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge de fluxo de caixa*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.6 - Clientes

A conta de clientes corresponde aos valores a receber de FURNAS Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de FURNAS são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

3.7 – Estoque de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 7);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.8 - Paradas Programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e Angra 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11.

3.10 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

3.11 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio, na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.12 - Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 (item 111), sendo 3,3% ao ano para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2 e 10% para os ativos utilizados administrativamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 15).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.13 - Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* ao final de cada exercício contábil e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.14 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- . O software pode ser vendido ou usado;
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

3.15 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.16 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.17 - Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.18 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.19 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 20).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

3.20 - Obrigações para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.21 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

3.22 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.23 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.24 - Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO

4.1 - Fatores de risco

Com o auxílio de empresa de consultoria contratada pela empresa controladora ELETROBRAS, a Companhia elaborou a sua matriz de riscos, estando os principais fatores considerados nesse levantamento, detalhados a seguir:

a) Riscos socioambientais

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possam causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que

conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa, a guarda de seus dejetos e estabelecem que, os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos quando necessário.

A seguir, seguem os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas com consequente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia:

- Licenciamento ambiental (Nota 15 itens “b” e “e”) - atrasos, não obtenção/renovação das licenças ambientais dos empreendimentos;
- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões onde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões onde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;
- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO₂ - incapacidade de reduzir o volume de CO₂ emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

b) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro e a operação de swap, detalhados na Nota 11, que compõe a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do Real, em relação ao EURO, resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 5.934 mil no patrimônio líquido da Companhia.

Vale ressaltar que, com a mudança de cenário e a existência de fornecedores nacionais para realização da desmobilização das usinas nucleares, a partir de 31 de dezembro de 2010, o passivo para descomissionamento deixou de estar vinculado ao dólar norte-americano.

d) Outros fatores de riscos

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• Risco de Crédito

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRAS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

• Risco de liquidez

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente e liquidez geral, uma vez que:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente positivo de 2,24; e
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral positivo de 0,70.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRIPTIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 01 de janeiro 2010 (i)				
- Empréstimos	305.426	300.135	1.398.485	8.732.036
- Fornecedores (iii)	282.015	-	-	-
TOTAL	587.441	300.135	1.398.485	8.732.036
Em 31 de dezembro 2010 (i)				
- Empréstimos	85.692	127.545	216.084	538.914
- Fornecedores (iii)	186.302	-	-	-
TOTAL	271.994	127.545	216.084	538.914
Em 31 de dezembro 2011 (i)				
- Empréstimos	192.363	115.023	35.512	2.914.744
- Fornecedores (iii)	256.403	-	-	-
TOTAL	448.766	115.023	35.512	2.914.744

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pelas normas, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17)	1.732.633	599.371	3.113.744
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(124.432)	(79.371)	(71.389)
(-) Títulos e vrs mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(259.973)	-	-
Dívida líquida	1.348.228	520.000	3.042.355
Total do patrimônio líquido	6.526.166	2.923.083	3.119.378
Total do capital total	7.874.394	3.443.083	6.161.733
Índice de alavancagem financeira - %	17	15	49

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2011
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10.666	10.666
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber (ii)	528.327	-	528.327
- Caixa e equivalentes de caixa	124.432	-	124.432
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	259.973	-	259.973
Em 31 de dezembro de 2011	652.759	10.666	663.425

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

(ii) Corresponde aos saldos de clientes, títulos e valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, depósitos vinculados e devedores diversos classificados como outros no ativo circulante e no ativo não circulante.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2010
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	(1.019)	(1.019)
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber (ii)	412.631	-	412.631
- Caixa e equivalentes de caixa	79.371	-	79.371
Em 31 de dezembro de 2010	492.002	(1.019)	490.983

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

(ii) Corresponde aos saldos de clientes, títulos e valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, depósitos vinculados e devedores diversos classificados como outros no ativo circulante e no ativo não circulante.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 01/JAN/2010
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	-	-
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber (ii)	412.131	-	412.131
- Caixa e equivalentes de caixa	71.389	-	71.389
Em 01 de janeiro de 2010	483.520	-	483.520

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

(ii) Corresponde aos saldos de clientes, títulos e valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, depósitos vinculados e devedores diversos classificados como outros no ativo circulante e no ativo não circulante.

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros que, não difere dos valores contábeis, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos no nível 2, ou seja, a determinação é efetuada através de técnicas de avaliação.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia, apresentadas nos quadros abaixo (“a” e “b”) representam recursos mantidos no Banco do Brasil Extra Mercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

As aplicações financeiras que compõem o saldo de equivalentes de caixa são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento das atividades de operação da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e bancos	2.873	2.473	7.650
Aplicações financeiras	121.559	76.898	63.739
SALDO	124.432	79.371	71.389

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	
Composição	R\$ MIL
	31/12/2011
Aplicações financeiras:	
Recursos ELETROBRAS/RGR para usina Angra 3	46.877
Recursos BNDES para usina Angra 3	213.096
TOTAL	259.973

NOTA 6 – CLIENTES

O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base no contrato de venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS em 10 de julho de 2001, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

A seguir, quadro demonstrativo do contas a receber de clientes:

CLIENTES - CONTAS A RECEBER				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Energia contratada	Desvio positivo	Energia não despachada	TOTAL
Ativo circulante	236.472	-	-	236.472
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
01/01/2010	236.472	67.022	24.688	328.182
Ativo circulante	176.872	-	-	176.872
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
31/12/2010	176.872	67.022	24.688	268.582
Ativo circulante	257.433	9.224	-	266.657
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
31/12/2011	257.433	76.246	24.688	358.367

A ELETRONUCLEAR possui R\$ 19.707 mil em faturas caucionadas correspondentes à venda de energia elétrica, em função de processos tributários movidos contra a Companhia, os quais se encontram detalhados na Nota 24.

O faturamento do desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, monta ao valor líquido de R\$ 91.710 mil, contabilizado a valores históricos no ativo não circulante - realizável a longo prazo e refere-se ao suprimento de energia do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento à FURNAS. De acordo com as cláusulas contratuais, tal valor será pago por FURNAS à Companhia, cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

A Resolução Homologatória nº 1.091 de 30 de novembro de 2010, estabeleceu em caráter provisório, uma nova tarifa para a venda de energia elétrica à FURNAS, para o período de 05 de dezembro de 2009 até 04 de dezembro de 2010, conforme informado na Nota 35 a. Em decorrência, foi realizado faturamento complementar no valor total de R\$ 25.946 mil no final de 2010. A quitação desse valor, está pendente de homologação definitiva por parte da ANEEL, o que deverá ocorrer no exercício em 2012.

NOTA 7 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante realizável a longo prazo, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Abaixo, quadro com a composição do saldo do combustível nuclear:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo Circulante	-	324.634	-	324.634
Ativo não circulante	111.199	239.771	137.161	488.131
TOTAL EM 01/01/2010	111.199	564.405	137.161	812.765
Ativo Circulante	-	297.972	-	297.972
Ativo não circulante	65.179	392.133	66.645	523.957
TOTAL EM 31/12/2010	65.179	690.105	66.645	821.929
Ativo Circulante	-	388.663	-	388.663
Ativo não circulante	130.575	133.894	171.164	435.633
TOTAL EM 31/12/2011	130.575	522.557	171.164	824.296

NOTA 8 - ALMOXARIFADO

O saldo de almoxarifado é composto de material utilizado para manutenção das usinas e de adiantamentos efetuados a fornecedores, para a aquisição dos correspondentes materiais, totalizando R\$ 33.788 mil (R\$ 40.468 mil, em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 40.579 mil, em 1º de janeiro de 2010).

NOTA 9 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Prêmios de seguros	2.460	2.968	3.102
TOTAL	2.460	2.968	3.102

Referem-se às quotas mensais do prêmio de seguro de risco nuclear das Usinas Angra 1 e Angra 2. Esses valores serão apropriados ao resultado de acordo com a vigência das apólices, que se encerrarão em 31 de maio de 2012.

NOTA 10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECEBER

TRIBUTOS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL		
	ATIVO CIRCULANTE		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2011
IRRF sobre aplicações financeiras	575	2.566	2.061
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	1.865	17.777	4.079
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	1.822	16.861	10.674
Saldo de antecipações de IRPJ exercício corrente	1.679	2.967	13
Saldo de antecipações de CSLL exercício corrente	621	1.086	-
Outros	172	179	384
TOTAL	6.734	41.436	17.211

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO- FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 23.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

A ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRAS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo, com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta-corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS, para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento, com os depósitos da primeira quota, das vinte e cinco estabelecidas no parcelamento para os valores de competência dos exercícios de 2005 a 2007 e, da primeira quota da parcela relativa ao exercício de 2008.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE. A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do mencionado fundo:

DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Conta-corrente	15	14	14
Operações compromissadas	-	-	20
Letra Financeira do Tesouro	152.076	102.604	66.696
Ajuste Mercado Futuro:			
- Swap	11.136	-	-
- Dólar Comercial Futuro	(470)	(1.019)	-
- Outros	(1)	(5)	8
Subtotal	162.756	101.594	66.738
Dólar Comercial Futuro	470	1.019	-
TOTAL	163.226	102.613	66.738

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outros. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2011, monta a R\$ 470 mil (R\$ 1.019 mil em 31 de dezembro de 2010).

A ELETROBRAS fixou o montante a ser depositado no exercício de 2011 em R\$ 35.433 mil.

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Nesse exercício de 2011, o fundo apresenta um rendimento financeiro acumulado de R\$ 21.699 mil (Nota 30), enquanto que no exercício de 2010, o resultado foi negativo em R\$ 4.263 mil, em função da desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real, ocorrida naquele exercício.

Abaixo, o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	30.836	23.559	15.927
Quotas de 2008 a 2011	121.155	87.924	56.437
Total de quotas recolhidas	151.991	111.483	72.364
Ganhos / (perdas) líquidas auferidas acumulados	10.765	(9.889)	(5.626)
Patrimônio líquido do fundo	162.756	101.594	66.738
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	470	1.019	-
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	163.226	102.613	66.738

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Depósitos judiciais			
Contingências trabalhistas	9.791	10.443	8.790
Contingências cíveis	3.240	1.282	1.293
Contingências tributárias	15.846	15.839	15.529
	28.877	27.564	25.612
Outros depósitos	16	16	16
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	6.107	4.956	4.202
TOTAL	35.000	32.536	29.830

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2010	31/12/2011		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	27.564	(2.151)	3.464	28.877
Outros depósitos	16	-	-	16
Atualização monetária s/depósitos judiciais	4.956	-	1.151	6.107
TOTAL	32.536	(2.151)	4.615	35.000

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.527.105 mil (R\$ 1.651.996 mil - 31 de dezembro de 2010) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.725.015 mil (R\$ 1.850.008 mil - 31 de dezembro de 2010). A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa por não apresentar histórico de rentabilidade.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados nas Notas 21 e 31.

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

O saldo de R\$ 1.265 mil é composto, basicamente, por investimentos efetuados pela Companhia em empresas incentivadas pelo Governo Federal para, em contrapartida, obter incentivos fiscais. Em função das poucas expectativas da Companhia quanto a realização desse ativo, foi constituída, em 2011, provisão para perdas no valor total do investimento.

NOTA 15 - IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO				
		31/12/2011			31/12/2010	01/01/2010
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO* Termonuclear	3,3	7.896.945	(2.785.236)	5.111.709	5.163.679	5.181.641
		7.896.945	(2.785.236)	5.111.709	5.163.679	5.181.641
EM CURSO Termonuclear		2.174.374	-	2.174.374	1.132.213	736.745
		2.174.374	-	2.174.374	1.132.213	736.745
TOTAL BRUTO		10.071.319	(2.785.236)	7.286.083	6.295.892	5.918.386
Obrigações especiais	3,3	(232)	114	(118)	(142)	(659)
VALOR LÍQUIDO		10.071.087	(2.785.122)	7.285.965	6.295.750	5.917.727

* Os bens administrativos são depreciados a taxa de 10% ao ano e não são relevantes quando comparados com o imobilizado em serviço total.

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - R\$ MIL						
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2009	ADIÇÕES	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	(*) ESTOQUE DESCOMIS. RECLASSIF.	SALDO EM 01/01/2010
Em curso	736.745	-	-	-	-	736.745
Em serviço: custo	7.227.197	-	-	-	267.303	7.494.500
depreciação	(2.304.911)	-	-	-	(7.948)	(2.312.859)
Total em serviço	4.922.286	-	-	-	259.355	5.181.641
TOTAL BRUTO	5.659.031	-	-	-	259.355	5.918.386
Obrigações especiais	(659)	-	-	-	-	(659)
TOTAL	5.658.372	-	-	-	259.355	5.917.727
DESCRITIVO	SALDO EM 01/01/2010	ADIÇÕES	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	(*) ESTOQUE DESCOMIS. RECLASSIF.	SALDO EM 31/12/2010
Em curso	736.745	597.974	(216.457)	(1.567)	15.518	1.132.213
Em serviço: custo	7.494.500	-	216.457	(8.425)	8.296	7.710.828
depreciação	(2.312.859)	(226.381)	-	3.750	(11.659)	(2.547.149)
Total em serviço	5.181.641	(226.381)	216.457	(4.675)	(3.363)	5.163.679
TOTAL BRUTO	5.918.386	371.593	-	(6.242)	12.155	6.295.892
Obrigações especiais	(659)	517	-	-	-	(142)
TOTAL	5.917.727	372.110	-	(6.242)	12.155	6.295.750
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2010	ADIÇÕES	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	(*) ESTOQUE DESCOMIS. RECLASSIF.	SALDO EM 31/12/2011
Em curso	1.132.213	1.197.318	(157.530)	-	2.373	2.174.374
Em serviço: custo	7.710.826	-	157.530	(8.626)	37.215	7.896.945
depreciação	(2.547.147)	(245.365)	-	7.331	(55)	(2.785.236)
Total em serviço	5.163.679	(245.365)	157.530	(1.295)	37.160	5.111.709
TOTAL BRUTO	6.295.892	951.953	-	(1.295)	39.533	7.286.083
Obrigações especiais	(142)	24	-	-	(1)	(118)
TOTAL	6.295.750	951.977	-	(1.295)	39.532	7.285.965

(*): Refere-se à transferência de adiantamento a fornecedores de estoque para imobilizado, às alterações na taxa de desconto da provisão para desmobilização e à reclassificação das peças de reposição de almoxarifado para o imobilizado (Nota 2)

a) Análises para fins de *Impairment*

A Administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa, a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto posterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados nos estudos desenvolvidos para o presente balanço, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na ELETRONUCLEAR.

b) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP) emitida pela CNEN em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos. Não possui licença emitida pelo IBAMA, pois à época da sua construção não havia a exigência do licenciamento ambiental. Para regularizar esta situação, foi elaborado um Plano de Controle Ambiental (PCA), que está em análise no IBAMA.

A Usina Angra 2, por sua vez, possui uma Autorização para Operação Permanente (AOP) concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos, com Revalidação Periódica de Segurança - RPS a cada 10 anos. Em 1999, o IBAMA emitiu a Licença de Operação LO n.º 047/99, exclusivamente para o comissionamento da usina (testes de funcionamento dos equipamentos). Essa licença foi renovada em 2000, porém uma segunda renovação não foi mais concedida devido a um questionamento do Ministério Público Federal (MPF). Em consequência, foi assinado em 2001 um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC).

De acordo com o setor de Meio Ambiente da ELETRONUCLEAR, bem como pela interpretação do Parecer Técnico do IBAMA acima referenciado, o TCAC já foi cumprido na íntegra. Entretanto, o Ministério Público ainda não se pronunciou definitivamente sobre o assunto. O encerramento do TCAC possibilitará ao IBAMA expedir a Licença de Operação (LO) Unificada para Angra 1 e Angra 2.

c) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621 de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

Para os exercícios de 2011, a taxa de desconto a valor presente é 5,49% ao ano.

d) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Tratam-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

Para atendimento ao previsto no CPC 27, a Companhia reclassificou o valor de R\$ 301.252 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado, sendo R\$ 267.303 mil em 2009, R\$ 8.296 mil em 2010 e R\$ 25.653 mil em 2011.

e) Empreendimento Angra 3

O projeto da usina Angra 3 teve seu início na década de 80 e, por questões de prioridades governamentais, teve suas atividades de construção interrompidas do período de setembro de 1982 até julho de 2008.

As obras de construção da usina Angra 3 encontram-se em pleno desenvolvimento, apresentando, resumidamente, a seguinte situação em 31 de dezembro de 2011:

• Processo de licenciamento ambiental

Com relação ao licenciamento ambiental, não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já foram expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em junho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental.

Importante ressaltar que devem ser cumpridos todos os condicionantes presentes na Licença de Instalação não somente para evitar eventuais autuações e embargos da obras, mas também, para a obtenção da Licença de Operação.

• Processo de licenciamento nuclear

Também em março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN emitiu a 1ª Licença Parcial de Construção, o que permitiu que a ELETRONUCLEAR iniciasse as atividades preparatórias no local de construção da usina, quais sejam: a execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações da planta e a impermeabilização das fundações do edifício do reator (UJB) e do edifício auxiliar do reator (UKA).

Em 2010, a CNEN emitiu uma série de licenças e autorizações, permitindo à ELETRONUCLEAR iniciar a execução de diversas atividades do cronograma executivo das obras, a saber:

- 2ª Licença Parcial de Construção: expedida em 11 de março de 2010; autorizando a construção de estruturas não nucleares;
- 3ª Licença Parcial de Construção: expedida em 29 de março de 2010; autorizando a construção do edifício da turbina;

- Licença de Construção: expedida em 31 de maio de 2010 autorizando a concretagem da laje de fundação do edifício do reator (UJB), condicionada à submissão, por parte da ELETRONUCLEAR à CNEN, de projetos e cálculos para as etapas seguintes da obra. Nesse contexto, a CNEN emitiu até dezembro de 2011 um amplo elenco de autorizações para serviços de concretagem.

• Comercialização da energia a ser gerada pela usina

A regulamentação dos mecanismos de comercialização da energia, a ser gerada por Angra 3, foi um importante marco alcançado no tocante à estruturação do empreendimento, haja vista que tal regulamentação era uma das principais condicionantes para a obtenção de financiamento junto a agentes financeiros nacionais e internacionais.

Em 22 de junho de 2010, a Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria SP-MME nº 12/2010, que fixou a garantia física de Angra 3 em 1.214,2 MW_{médios}, tendo por base a potência bruta da usina em 1.405 MW.

Em 23 de junho de 2010, o Ministério de Minas e Energia (MME) expediu a Portaria nº 586/2010 que autorizou a celebração de contrato de venda de energia entre a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estabeleceu o seguinte:

- Tipo de contrato: energia de reserva;
- Energia contratada: 1.184 MW_{médios};
- Início de entrega de energia: 2016;
- Preço da energia: não superior a R\$ 148,65 / MWh (Base: Dez-2009).

No final de 2010, o MME expediu novo documento relativo à comercialização da energia de Angra 3: Portaria MME nº 980/2010 de 21 de dezembro de 2010, detalhando a portaria anterior, estabelecendo a data de entrega de energia em 1º de janeiro de 2016 e mantendo o preço de venda.

Em 26 de agosto de 2011, a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com base na portaria acima referida, assinaram o contrato de Venda de Energia de Reserva com um prazo de suprimento de 35 anos e com início de venda em 1º de janeiro de 2016.

• Contrato de longo prazo para fornecimento do combustível nuclear

Em 24 de setembro de 2010, após um longo período de negociações, que teve início em janeiro de 2009, a ELETRONUCLEAR e a Indústrias Nucleares do Brasil – INB assinaram o contrato de longo prazo para o fornecimento do combustível nuclear para Angra 3. É importante destacar que o estabelecimento desse contrato também era condicionante para a obtenção de financiamentos para o empreendimento. Os principais valores finais deste contrato na base maio de 2009 são:

- 1º Núcleo de combustível: R\$ 634 milhões;
- 29 Recargas: R\$ 5,4 bilhões;
- Custo médio do combustível: R\$ 18,64 / MWh.

- **Estrutura de financiamento**

A composição de recursos para o financiamento do empreendimento prevê a seguinte distribuição:

- **Recursos BNDES:**

Em 22 de março de 2011, foi protocolado em cartório do Rio de Janeiro o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 10.2.2032.1 no valor de R\$ 6.146.256 mil e assinado em 23 de fevereiro de 2011 pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela ELETROBRAS, com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, destinado à implantação da UTN Angra 3. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia utilizou R\$ 552.440 mil desta linha de crédito (Nota 17).

Essa fonte destina-se à cobertura de 80% dos itens financiáveis pelo agente, envolvendo serviços de engenharia e consultoria no mercado nacional, fornecimentos de equipamentos, componentes e materiais do escopo nacional de suprimentos e, se for o caso, os impostos incidentes sobre aquisições de equipamentos e materiais do escopo importado.

O contrato estabelece uma taxa de juros de 1,72% ao ano acrescido da TJLP com um prazo de vinte anos para a amortização do principal e dos juros da dívida, sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2016.

- **Recursos RGR:**

Empréstimo de R\$ 890 milhões da ELETROBRAS, correspondendo a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão – RGR de cerca de R\$ 9 bilhões ao final de 2010.

O contrato, assinado em 24 de janeiro de 2011, estabelece um prazo de amortização de 20 anos após o término do período de carência, a encerrar-se em janeiro de 2018. Com a assinatura do contrato, foi disponibilizado à ELETROBRAS 2,35% do valor do mesmo, ou seja, R\$ 209,1 milhões.

Originalmente, as liberações subseqüentes dar-se-iam mediante comprovações das execuções física e financeira dos eventos previstos no eventograma do contrato. Posteriormente, a ELETROBRAS e a ELETROBRAS acordaram que as futuras liberações serão realizadas baseadas em uma projeção de dispêndios para o trimestre vindouro, concomitantemente à prestação de contas dos gastos realizados no trimestre anterior.

Em 17 de agosto e 28 de dezembro de 2011 foram liberadas as segunda e terceira parcelas do financiamento nos valores de R\$ 157,1 milhões e R\$ 228 milhões, respectivamente.

• Isenção de tributos federais

Além de já contar com isenções de PIS e COFINS para as aquisições de equipamentos e materiais, obtidas através do Decreto N° 6.144/2007 no âmbito do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI em fins de 2010, o empreendimento Angra 3 passou a usufruir da isenção de dois outros tributos federais.

A Medida Provisória N° 517/2010, aprovada em 30 de dezembro de 2010, criando o Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares – RENUCLEAR, que ainda carece de regulamentação por parte do MME, possibilitará a desoneração dos seguintes tributos:

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados: Equipamentos e materiais nacionais e importados;
- II - Imposto sobre Importação: Equipamentos e materiais importados (sem similar nacional)

Em 24 de junho de 2011, a Medida Provisória foi aprovada pelo Senado Federal e convertida na Lei No 12.341/2011. Em setembro de 2011, em reunião no Ministério de Minas e Energia, a Eletronuclear foi informada que o assunto foi remetido à casa Civil da Presidência da República para que sejam tomadas as ações com vistas à regulamentação da Lei.

A economia fiscal proporcionada pelo RENUCLEAR significará uma redução de cerca de R\$ 700 milhões (não auditada) nos custos de implantação de Angra 3.

f) Implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE

Em 5 de março de 2012, a ANEEL concedeu a Companhia a prorrogação para 31 de dezembro de 2012 para a implantação do MCPSE.

NOTA 16 – INTANGÍVEL

O ativo não circulante - intangível da Companhia compõe-se, basicamente, da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3 e, de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL					
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2009	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO	TRANSF. P/SERVIÇO E OUTROS	SALDO 01/01/2010
Em curso	20.604	3.981	-	(10.063)	14.522
Em serviço - custo	23.912	-	-	15.695	39.607
Em serviço - amortização	(19.235)	-	(4.987)	-	(24.222)
Total em serviço	5.017	-	(4.987)	15.695	15.385
TOTAL LÍQUIDO	25.621	3.981	(4.987)	5.632	29.907
DESCRIPTIVO	SALDO 01/01/2010	ADIÇÃO / OUTROS	AMORTIZAÇÃO	TRANSF. P/SERVIÇO E OUTROS	SALDO 31/12/2010
Em curso	14.522	5.346	-	(8.415)	11.453
Em serviço - custo	39.607	-	-	3.884	43.491
amortização	(24.222)	-	(6.388)	9.836	(20.774)
Total em serviço	15.385	-	(6.388)	13.720	22.717
TOTAL LÍQUIDO	29.907	5.346	(6.388)	5.305	34.170
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2010	ADIÇÃO / OUTROS	AMORTIZAÇÃO	TRANSF. P/SERVIÇO	SALDO 31/12/2011
Em curso	11.453	5.348	-	(7.853)	8.948
Em serviço - custo	53.423	-	-	7.853	61.276
amortização	(30.706)	-	(7.512)	-	(38.218)
Total em serviço	22.717	-	(7.512)	7.853	23.058
TOTAL LÍQUIDO	34.170	5.348	(7.512)	-	32.006

NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Trata-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1. Esses recursos em moeda estrangeira foram contraídos pela ELETROBRAS junto aos bancos alemães DRESDNER BANK e KFW.

a) Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a ELETROBRAS, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR na ordem de R\$ 890.000 mil para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256 mil destinado a implantação da usina Angra 3.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos por moeda

DESCRIÇÃO	R\$ MIL											
	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL
		C.PRAZO	L.PRAZO			C.PRAZO	L.PRAZO			C.PRAZO	L.PRAZO	
EM EURO												
Bancos alemães	144	46.775	-	46.919	263	42.812	42.813	85.888	447	48.179	96.359	144.985
Total	144	46.775	-	46.919	263	42.812	42.813	85.888	447	48.179	96.359	144.985
EM REAL												
ANGRAS 1 e 2	1.559	39.696	494.248	535.503	-	7.525	505.958	513.483	1.287	20.390	2.947.082	2.968.759
ANGRA 3:												
ELETROBRAS	1.678	-	594.250	595.928	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	1.843	-	552.440	554.283	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.080	39.696	1.640.938	1.685.714	-	7.525	505.958	513.483	1.287	20.390	2.947.082	2.968.759
TOTAL GERAL	5.224	86.471	1.640.938	1.732.633	263	50.337	548.771	599.371	1.734	68.569	3.043.441	3.113.744

b) Quadro as mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL				
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 01 de janeiro de 2010	21.677	2.947.082	48.626	96.359	3.113.744
Ingressos	259.978	48.288	-	-	308.266
Encargos - resultado	375.589	-	14.250	-	389.839
Encargos - investimento	16.500	-	-	-	16.500
Varição monetária e cambial	192	191.070	(5.906)	(11.106)	174.250
Transferência para o circulante	15.677	(15.677)	42.440	(42.440)	-
Incorporação de encargos ao principal	(289.045)	289.045	-	-	-
Transformação em adiantamento para futuro aumento de capital	(293.556)	(2.953.850)	-	-	(3.247.406)
Amortização	(99.487)	-	(56.335)	-	(155.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.525	505.958	43.075	42.813	599.371
Ingressos	-	1.147.886	-	-	1.147.886
Encargos - resultado	38.459	-	9.022	-	47.481
Encargos - investimento	40.000	-	-	-	40.000
Varição monetária e cambial	-	-	4.144	2.353	6.497
Transferência para o circulante	41.280	(41.280)	45.166	(45.166)	-
Incorporação de encargos ao principal	(31.273)	31.273	-	-	-
Transformação em adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.481)	-	-	(1.481)
Amortização	(51.215)	(1.418)	(54.488)	-	(107.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	44.776	1.640.938	46.919	-	1.732.633

c) Principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos com as respectivas variações percentuais

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS - VARIAÇÕES DOS INDICADORES						
MOEDAS E INDICADORES	31/12/2011	31/12/2010	VARIAÇÃO PERCENTUAL	31/12/2010	01/01/2010	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,43420	2,22800	9,25%	2,22800	2,50733	-11,14%
IGPDI	466,33100	441,75400	5,56%	441,75400	398,857	10,75%
INPC	3480,5200	3278,0900	6,18%	3278,0900	3090,0800	6,08%
IGPM2	611,081	581,446	5,10%	581,446	522,305	11,32%

d) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS			
ANO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
2010	-	-	70.303
2011	-	50.600	69.777
2012	91.695	80.760	129.537
2013	40.750	38.507	118.011
2014	40.971	38.727	93.935
2015	40.971	38.727	77.617
2016	46.672	38.727	77.617
2017	52.220	38.727	77.617
Após 2017	1.419.354	274.596	2.399.330
TOTAIS	1.732.633	599.371	3.113.744

NOTA 18 - FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisão de serviços	TOTAL
Nacional	105.965	-	134.734	240.699
Exterior	45.925	(4.609)	-	41.316
TOTAL EM 01/01/2010	151.890	(4.609)	134.734	282.015
Nacional	58.533	-	45.951	104.484
Exterior	13.958	(1.542)	69.402	81.818
TOTAL EM 31/12/2010	72.491	(1.542)	115.353	186.302
Nacional	58.028	-	64.345	122.373
Exterior	30.908	581	30.512	62.001
TOTAL EM 31/12/2011	88.936	581	94.857	184.374

NOTA 19 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, e que compõem as obrigações correntes na sua totalidade a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL					
	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Pasep e Cofins	14.941	-	12.302	-	15.980	-
Pasep e Cofins parcelamento	13.993	7.218	12.832	18.939	11.870	29.746
IPTU CNAAA - parcelamento	15.986	-	5.585	33.509	5.286	37.008
II - imposto de importação	493	-	3.302	-	3.216	-
IRRF - juros ELETROBRAS	756	-	3.350	-	6.084	-
Cosirf	2.506	-	5.765	-	2.182	-
CIDE s/serviços no exterior	11.607	-	2.539	-	2.516	-
INSS	23.494	-	23.576	-	16.955	-
INSS - parcelamento	2.190	805	2.109	2.885	2.029	4.732
Outros	8.972	-	7.612	-	9.911	-
SUBTOTAL	94.938	8.023	78.972	55.333	76.029	71.486
IR e CSLL diferidos	-	12.059	-	14.140	-	62.155
TOTAL	94.938	20.082	78.972	69.473	76.029	133.641

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias que geram uma posição passiva, conforme composição abaixo:

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL								
	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a v presente descomissionamento	74.170	206.029	280.199	76.082	211.339	287.421	85.768	238.244	324.012
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	19.614	54.483	74.097	20.643	57.343	77.986	21.673	60.202	81.875
Registro imobilizado do descomissionamento	1.658	4.605	6.263	1.745	4.846	6.591	1.832	5.088	6.920
Baixa despesas administrativas	(22.260)	(61.835)	(84.095)	(23.228)	(64.521)	(87.749)	(24.151)	(67.087)	(91.238)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transferência de estoque para o Imobilizado	(2.912)	(8.088)	(11.000)	(1.765)	(4.902)	(6.666)	(715)	(1.987)	(2.702)
Provisão desp financ e enc FRG	751	2.086	2.836	-	-	-	-	-	-
Var.cambial líquida não realizada	-	-	-	(4.787)	(13.298)	(18.085)	8.215	22.819	31.034
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(244)	(677)	(920)	-	-	-	-	-	-
Provisão para benefícios pós emprego	(2.183)	(6.065)	(8.248)	(3.104)	(8.624)	(11.728)	(5.735)	(15.931)	(21.666)
Provisão para devedores duvidosos	(16)	(43)	(59)	(76)	(211)	(287)	(2.171)	(6.032)	(8.203)
Provisão para atualização depósitos judiciais	378	1.051	1.429	378	1.051	1.429	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(3.914)	(10.871)	(14.785)	(3.067)	(8.518)	(11.585)	(3.085)	(8.570)	(11.655)
Provisão para desvalorização de títulos	(138)	(383)	(521)	(24)	(67)	(91)	(24)	(67)	(91)
Sub-total	2.877	7.992	10.869	770	2.139	2.909	19.957	55.431	75.388
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(863)	(2.399)	(3.262)	(231)	(641)	(873)	(5.987)	(16.629)	(22.616)
SUB /TOTAL	2.014	5.593	7.607	538	1.498	2.036	13.970	38.802	52.772
Outros resultados abrangentes	1.178	3.273	4.453	3.204	8.900	12.104	2.484	6.899	9.383
TOTAL	3.193	8.867	12.059	3.742	10.399	14.140	16.454	45.701	62.155

NOTA 20 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Dentre os benefícios mantidos pela ELETRONUCLEAR em favor de seus empregados, constam os seguintes planos:

a.1) Plano de aposentadoria e pensões

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A Real Grandeza tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

PLANO BD	SISTEMA FRG			ELETRONUCLEAR		
	31/12/2011	31/12/2010	1/1/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
- Ativos	3.357	3.505	3.520	740	751	758
- Assistidos	5.493	5.537	5.632	302	311	307
- Beneficiários	1.360	1.213	1.148	66	44	41
TOTAL	10.210	10.255	10.300	1.108	1.106	1.106

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários acima de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 17.284 mil (R\$ 12.023 mil em 31 de dezembro de 2010).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 2.936 mil (R\$ 3.324 mil - 31 de dezembro de 2010) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33% vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência, inclusive, sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

PLANO BD	SISTEMA NUCLEOS			ELETRONUCLEAR		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
- Ativos	3.473	3.224	2.960	1.636	1.474	1.371
- Assistidos	790	771	960	166	153	208
- Beneficiários	202	198	196	43	39	43
TOTAL	4.465	4.193	4.116	1.845	1.666	1.622

As contribuições normais ao Instituto NUCLEOS apropriadas no exercício para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder atingiram R\$ 10.512 mil (R\$ 5.011 mil em 31 de dezembro de 2010).

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

a.2) Programa de Assistência à Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

20.1) Cálculos do passivo atuarial

a) A composição do passivo atuarial registrado no balanço patrimonial é:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL			
DESCRIPTIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Dívidas contratadas - FRG - circulante	33.868	30.264	26.050
Dívidas contratadas - FRG - não circulante	22.894	53.471	76.809
	56.762	83.735	102.859
Provisão de benefícios de aposentadoria -Nucleos	6.341	-	-
Assistência médica para aposentados	17.920	34.494	46.940
Seguro para aposentados	-	-	16.782
	24.261	34.494	63.722
TOTAL	81.023	118.229	166.581

b) A movimentação do passivo atuarial pode ser assim demonstrada:

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL			
DESCRIPTIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Em 1º de janeiro	118.229	166.581	226.480
Custo do serviço corrente	31.580	30.059	25.488
Juros sobre obrigações atuariais	135.923	120.752	111.796
Rendimento esperado dos ativos do plano	(164.106)	(137.995)	(103.284)
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	22.509	(8.006)	(20.795)
Contribuições de patrocinadores	(27.796)	(17.033)	(42.009)
Pagamentos - confissão de dívida	(35.316)	(32.515)	(31.095)
Reclassificação para resultado - saúde		(3.614)	
Em 31 de dezembro	81.023	118.229	166.581

c) A movimentação da obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO BENEFÍCIO DEFINIDO				
DESCRIPTIVO	R\$ MIL			
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO
Em 01 de janeiro de 2010	636.188	525.819	46.940	16.782
Custo do serviço corrente	12.359	14.373	2.645	682
Juros sobre obrigações atuariais	62.127	51.761	5.055	1.807
Benefícios pagos	(19.806)	(8.926)	(2.195)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	70.497	(5.079)	(17.951)	(19.271)
Em 31 de dezembro de 2010	761.365	577.948	34.494	-
Custo do serviço corrente	14.466	15.734	1.380	-
Juros sobre obrigações atuariais	74.515	57.692	3.715	-
Benefícios pagos	(40.534)	(15.806)	(893)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	(53.574)	(8.897)	(20.776)	-
Em 31 de dezembro de 2011	756.238	626.671	17.920	-

d) A movimentação do ativo financeiro do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Em 01 de janeiro de 2010	653.678	555.479
Rendimento esperado	65.162	56.811
Ganhos / perdas atuariais dos ativos do plano	171.500	1.866
Contribuições de patrocinadores	12.023	5.011
Contribuições dos participantes	8.485	5.340
Benefícios pagos	(19.806)	(8.926)
Em 31 de dezembro de 2010	891.042	615.581
Rendimento esperado	90.306	63.580
Ganhos / perdas atuariais dos ativos do plano	(55.088)	(61.851)
Contribuições de patrocinadores	17.284	10.512
Contribuições dos participantes	11.634	8.314
Benefícios pagos	(40.534)	(15.806)
Em 31 de dezembro de 2011	914.644	620.330

e) A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Investimentos em fundos	851.754	573.334
Investimentos imobiliários	37.441	20.147
Empréstimos e financiamentos	26.556	6.338
Créditos privados e depósitos	2.799	12.693
Outros	(3.906)	7.818
TOTAL	914.644	620.330

f) A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Fundação Real Grandeza - FRG			
Valor presente das obrigações atuariais	756.238	761.366	636.188
Valor justo do ativo do plano	(914.644)	(891.042)	(653.678)
Déficit / (Superávit)	(158.406)	(129.676)	(17.490)
Limite CPC 33 - Parágrafo 58 (b) (*)	158.406	129.676	17.490
Assunção de dívida FRG	56.762	83.735	102.859
PASSIVO LÍQUIDO	56.762	83.735	102.859

(*) Deduzido da conta "Ganhos/perdas atuariais (Outros Resultados abrangentes)". Não há perdas atuariais não reconhecidas que poderiam ser compensadas com o superávit do plano, bem como a administração não utiliza como política compensar superávits com contribuições futuras. Dessa forma, o referido ativo não foi constituído.

g) Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

RESULTADO E RESULTADO ABRANGENTE DOS PLANOS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2010					
Custo do serviço corrente	(12.359)	(14.373)	(2.645)	(682)	(30.059)
Juros sobre obrigações atuariais	(62.127)	(51.761)	(5.055)	(1.807)	(120.752)
Rendimento esperado	73.648	62.151	2.196	-	137.995
Reclassificação do ORA	-	-	-	3.614	3.614
	(839)	(3.984)	(5.504)	1.125	(9.202)
Resultado abrangente	(24.576)	(1.027)	17.951	15.658	8.007
Em 31 de dezembro de 2011					
Custo do serviço corrente	(14.466)	(15.734)	(1.380)	-	(31.580)
Juros sobre obrigações atuariais	(74.515)	(57.692)	(3.715)	-	(135.922)
Rendimento esperado	96.106	67.107	893	-	164.106
	7.125	(6.319)	(4.202)	-	(3.396)
Resultado abrangente	(32.751)	(10.534)	20.776	-	(22.509)

h) Premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções:

PREMISSAS UTILIZADAS	
HIPÓTESES ECONÔMICAS	
Taxa anual de juro atuarial real	5,55%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno dos ativos	10,30%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução do custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução dos benefícios	0,00%
Taxa real de evolução dos benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00%
HIPÓTESES ATUARIAIS	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca
% de casados na data da aposentadoria	95,00%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

20.2 – ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS

a) Termo de reconhecimento e consolidação de dívidas

Em 14 de dezembro de 2000, a ELETRONUCLEAR celebrou com a REAL GRANDEZA um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças" no valor de R\$ 84.510 mil - base 31 de dezembro de 1999, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001.

A remuneração da obrigação foi fixada em 6% ao ano e a última parcela possui vencimento em 26 de dezembro de 2012.

O saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas em 31 de dezembro de 2011, corresponde a R\$ 26.939 mil (R\$ 49.593 mil - 31 de dezembro de 2010), classificados no passivo circulante (em 31 de dezembro de 2010: R\$ 24.074 mil classificados no passivo circulante e R\$ 25.519 mil no passivo não circulante).

b) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referente ao atendimento à EC nº 20/98 no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2011, monta R\$ 29.823 mil (R\$ 34.142 mil - 31 de dezembro de 2010), dos quais R\$ 6.929 mil estão classificados no passivo circulante (R\$ 6.190 - 31 de dezembro de 2010) e R\$ 22.894 mil no passivo não circulante (R\$ 27.952 mil - 31 de dezembro de 2010).

c) Dívida total por vencimento

TOTAL DÍVIDA COM A FRG	
VENCIMENTO	R\$ MIL
2012	33.868
2013	7.191
2014	7.623
2015	8.080
TOTAL	56.762

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisão de férias e gratificação de férias	45.489	39.199	32.817
Encargos sociais sobre provisão de férias	20.913	18.477	21.281
Adiantamento de férias	(3.716)	(3.243)	(2.980)
TOTAL	62.686	54.433	51.118

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
RGR	12.645	10.502	8.249
Taxa de fiscalização da Aneel	785	686	627
TOTAL	13.430	11.188	8.876

NOTA 23 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Constituição do Passivo

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes a desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 408.712 mil (R\$ 375.968 mil em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 323.326 mil em 1º de janeiro de 2010).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de descomissionamento:

OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL					
USINA	31/12/2011			31/12/2010	01/01/2010
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	511.524	(256.184)	255.340	236.970	211.690
ANGRA 2	709.801	(556.429)	153.372	138.998	111.636
TOTAL	1.221.325	(812.613)	408.712	375.968	323.326

b) Ajuste a valor presente

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELETROBRAS é de 5,49% ao ano (5,65 % em 31 de dezembro de 2010).

NOTA 24 - CONTINGÊNCIAS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL					
	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS						
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	5.922	3.664	4.820	4.099	5.206	4.184
Planos Bresser, Collor, etc.	4.668	2.380	4.414	2.024	4.656	1.205
Outras	974	444	690	629	444	434
	27.296	6.488	25.656	6.752	26.038	5.823
CÍVEIS						
Desapropriações	1.260	226	1.260	226	8.760	226
Responsabilidade civil	5.647	3.014	778	197	778	197
Outros	2.276	-	2.880	859	2.639	859
	9.183	3.240	4.918	1.282	12.177	1.282
TRIBUTÁRIAS						
Tributos Federais	122	80	126	80	126	79
INSS	8.920	11.406	10.348	11.906	11.587	11.600
	9.042	11.486	10.474	11.986	11.713	11.679
AMBIENTAL						
Contecioso	3.826	-	3.826	-	-	-
	3.826	-	3.826	-	-	-
TOTAL	49.347	21.214	44.874	20.020	49.928	18.784

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima estão registrados na rubrica de “Depósitos vinculados” no ativo não circulante.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR.

Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5 do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros " no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

Os processos judiciais avaliados como de perda possível movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 88.728 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 104.027 mil - 31 de dezembro de 2010), sendo R\$ 8.099 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 33.227 mil - 31 de dezembro de 2010), R\$ 76.072 mil de ações tributárias (R\$ 62.673 mil - 31 de dezembro de 2010) e outros de natureza cível no valor de R\$ 4.557 mil (R\$ 4.597 mil - 31 de dezembro de 2010).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo o processo monta R\$ 47.504 mil. A ELETROBRAS concedeu em garantia a essa execução ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601 mil.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não reconhecidos nas demonstrações contábeis, somam R\$ 8.124 mil (R\$ 8.124 mil - 31 de dezembro de 2010), referentes a processos tributários federais.

NOTA 25 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Em 28 de dezembro de 2010, foram celebrados entre ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR, no montante de R\$ 3.309.744 mil, os seguintes contratos:

- ECF-2889/2010 – Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, de um adiantamento por conta de futuro aumento de capital no valor de R\$ 3.051.240 mil, em valores de 31 de outubro de 2010, a ser corrigido até a data da efetiva liberação, 31 de dezembro de 2010. Em 29 de dezembro de 2010, a ELETROBRAS calculou e informou à ELETRONUCLEAR a atualização do valor do contrato para a data de 31 de dezembro de 2010, que passou a ser de R\$ 3.247.406 mil.

Em janeiro de 2011, a ELETROBRAS encaminhou o complemento de atualização monetária do período de 16 a 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.481 mil, valor esse registrado em março de 2011, fechando esse contrato em R\$ 3.248.888 mil.

- CF-2893/2010 - Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, de um adiantamento por conta de futuro aumento de capital no valor de R\$ 62.338 mil.

Em 12 de dezembro de 2011, mediante a 82ª Assembléia Geral Extraordinária - AGE da ELETRONUCLEAR, foi homologado o aumento de capital aprovado na 81ª AGE, de 3 de novembro de 2011, do montante de R\$ 3.311.226 mil (Nota 26 a).

NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Aumento de capital

Em 12 de dezembro de 2011, foi realizada a 82ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE da ELETRONUCLEAR que homologou o aumento de capital social aprovado na 81ª AGE realizada em 3 de novembro de 2011, no montante de R\$ 3.311.226 mil, mediante a incorporação dos créditos resultantes dos adiantamentos para futuro aumento de capital AFACs efetuados pela ELETROBRAS (Nota 25).

b) Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	2011	2010
Suprimento de energia elétrica - Nota 35	1.933.895	1.782.372
Outras receitas	467	746
Impostos sobre vendas		
Pasep	(12.570)	(11.590)
Cofins	(58.017)	(53.492)
Outros	(95)	(101)
	(70.682)	(65.183)
Reserva global de reversão - RGR	(48.944)	(45.586)
TOTAL	1.814.736	1.672.349

NOTA 28 – CUSTO DE OPERAÇÃO – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇO DE TERCEIROS

CUSTO DE PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	2011	2010
Pessoal	356.482	309.556
Material	31.361	41.900
Serviços de terceiros	131.961	147.836
TOTAL	519.804	499.292

NOTA 29 – DESPESAS OPERACIONAIS

O quadro abaixo demonstra as despesas operacionais nos exercícios de 2011 e 2010:

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	2011	2010
Pessoal	110.433	97.931
Material	902	1.125
Serviços de terceiros	64.033	53.118
Depreciação e amortização	9.979	12.696
Aluguéis	13.212	12.023
Provisões contingenciais e atuariais	15.511	5.409
Provisão (reversão) p/créditos de liquidação duvidosa	1.813	(23.281)
Outras	22.762	20.045
TOTAL	238.645	179.066

NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	2011	2010
RECEITAS FINANCEIRAS		
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores e outros	-	13.436
Variação cambial da obrigação para desmobilização de ativos (Nota 23)	-	13.927
Rendimento s/ títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo financeiro para descomissionamento - (Nota 11)	21.669	-
Aplicações financeiras	24.985	11.780
Outras	6.119	-
	<u>52.773</u>	<u>39.143</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS (Nota 17)	(46.954)	(389.839)
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores e outros	(4.664)	-
Variações monetárias e cambiais s/ financiamentos - ELETROBRAS (Nota 17)	(6.497)	(174.250)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos (Nota 17)	(21.242)	(19.709)
Rendimento s/títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo financeiro para descomissionamento - (Nota 11)	-	(4.263)
Outras	-	(34.025)
	<u>(79.357)</u>	<u>(622.086)</u>
TOTAL	(26.584)	(582.943)

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SÍNTESE DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Corrente	(70.085)	(1.359)	(25.210)	(473)	(95.295)	(1.832)
Diferido	(4.097)	37.306	(1.474)	13.429	(5.571)	50.735
TOTAL	(74.182)	35.947	(26.684)	12.956	(100.866)	48.903

b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

O cálculo do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social segue demonstrado:

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 2011 e 2010, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – efeito no resultado

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	407.579	(168.102)	407.579	(168.102)
Adições				
Varição cambial passiva total - temporária	-	33.186	-	33.186
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	21.242	70.707	21.242	70.707
Varição cambial ativa liquidada - temporária	1.912.120	178.135	1.912.120	178.135
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	29.862	29.788	29.862	29.788
Provisão atuarial benefício pós-emprego	68.927	14.885	68.927	14.885
Provisão para contingências	13.373	9.763	13.373	9.763
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	31.343	16.832	31.343	16.832
Outras	5.040	2.454	4.354	2.057
	2.081.907	355.750	2.081.221	355.353
Exclusões				
Varição cambial ativa total - temporária	-	61.699	-	61.699
Varição cambial passiva liquidada - temporária	1.965.310	5.154	1.965.310	5.154
Provisão atuarial - resultados abrangentes	101.667	-	101.667	-
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	50.998	-	50.998
Reversão de provisão para devedores duvidosos	672	23.412	672	23.412
Ajustes diversos pelos CPCs	10.747	-	10.747	-
Reversão de provisão para contingências	2.696	9.949	2.696	9.949
Outras	3	28.531	3	28.531
	2.081.095	179.743	2.081.095	179.743
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	408.391	7.905	407.705	7.508
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	122.516	2.371	122.312	2.253
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	285.875	5.534	285.394	5.255
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do exercício	71.444	1.359	25.683	473
Ajuste de exercício anterior	(1.359)	-	(473)	-
TOTAL	70.085	1.359	25.210	473

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2011	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente de obrigação para desmobilização de ativo	(21.242)	(1.912)	(5.311)	(7.223)
Varição cambial passiva não realizada - líquida	53.190	4.787	13.298	18.085
Baixa de despesas da administração central	10.747	967	2.687	3.654
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Baixa de imobilizado - ajuste a valor presente	(967)	(87)	(242)	(329)
Depreciação s/estoque transferido para o Imobilizado	(12.745)	(1.147)	(3.186)	(4.333)
Provisão para encargos FRG	8.341	751	2.085	2.836
Provisão para previdência privada - Nucleos e FRG	10.233	921	2.558	3.479
Receitas financeiras transferidas para o Imobilizado	(2.706)	(244)	(677)	(921)
Provisão para perda em Investimentos	(1.265)	(114)	(316)	(431)
Provisão para devedores duvidosos	672	60	168	228
Provisão para contingências Judiciais	(9.412)	(847)	(2.353)	(3.200)
Sub-total	23.408	2.107	5.851	7.957
Compensação com prejuízos fiscais exercícios anteriores	(7.022)	(633)	(1.754)	(2.387)
SUB-TOTAL	16.386	1.474	4.097	5.571
Total em 31 de dezembro de 2011	16.386	1.474	4.097	5.571

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2010	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente de obrigação para desmobilização de ativo	(19.700)	(1.773)	(4.925)	(6.698)
Ajuste a vr presente da obrigação para desmobilização - vr cheio	55.095	4.959	13.774	18.733
Ajuste a valor presente - variação cambial	11.877	1.069	2.969	4.038
Ajuste a vr presente da obrigação de desmobilização - imobilizado	(154.889)	(13.940)	(38.722)	(52.662)
Varição cambial ativa não realizada - líquida	(144.467)	(13.002)	(36.117)	(49.119)
Baixa de despesa de administração central	10.264	924	2.566	3.490
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Depreciação sobre o estoque transferido para o Imobilizado	(11.659)	(1.049)	(2.915)	(3.964)
Ajuste de avaliação atuarial	29.228	2.631	7.307	9.938
Provisão para devedores duvidosos	23.281	2.095	5.820	7.915
Provisão para contingências judiciais	206	19	52	71
Outros ajustes	(967)	(87)	(242)	(329)
Sub-total	(213.169)	(19.183)	(53.293)	(72.476)
Compensação com prejuízos fiscais exercícios anteriores	63.951	5.754	15.987	21.741
SUB-TOTAL	(149.218)	(13.429)	(37.306)	(50.735)
Total em 31 de dezembro de 2010	(149.218)	(13.429)	(37.306)	(50.735)

NOTA 32 – ENCARGOS FINANCEIROS E TRANSFERÊNCIAS

ENCARGOS FINANCEIROS E TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2011	2010
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	87.481	406.338
(-) Transferências para o imobilizado em curso	40.527	16.499
Efeito líquido no resultado	46.954	389.839

NOTA 33 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Abaixo quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL								
SALDOS	31/12/2011						31/12/2010	01/01/2010
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Concessionárias	-	358.367	-	-	-	358.367	268.582	328.182
Titulos e vrs mobiliarios	162.756	-	-	-	-	162.756	101.594	66.738
Contas a receber	4.624	3.414	-	-	-	8.038	5.936	6.948
Fornecedores	-	(1.872)	(151)	(116)	(128)	(2.267)	(4.928)	(1.642)
Financiamentos captados	(1.178.350)	-	-	-	-	(1.178.350)	(599.371)	(3.113.744)
Saldo Líquido	(1.010.970)	359.909	(151)	(116)	(128)	(651.456)	(228.187)	(2.713.518)
TRANSAÇÕES	31/12/2011						31/12/2010	
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Venda de energia	-	1.933.895	-	-	-	1.933.895	1.782.371	
Cessão de funcionários	(4.779)	-	-	-	-	(4.779)	6.103	
IR s/fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	1.589	
Despesa financeira	(46.954)	-	-	-	-	(46.954)	(106.874)	
Receita financeira	21.669	-	-	-	-	21.669	(4.263)	
Encargos uso rede elétr.	-	(8.750)	(5.090)	(3.757)	(4.567)	(22.164)	(22.133)	
Auditoria externa	(266)	-	-	-	-	(266)	(267)	
R G R	(48.944)	-	-	-	-	(48.944)	(43.302)	
Saldo Líquido	(79.274)	1.925.145	(5.090)	(3.757)	(4.567)	1.832.457	1.613.224	

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 20.

NOTA 34 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu no exercício nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2011	2010
Reserva Global de Reversão - RGR	48.944	45.586
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	9.073	7.885
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	78	77
TOTAL	58.095	53.548

NOTA 35 - SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (Não auditada)

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida à FURNAS, de 14.350.893 MWh (13.361.399 MWh - 2010), corresponde à uma receita no exercício de R\$ 1.933.895 mil (R\$ 1.782.372 mil - 2010).

a) Tarifas praticadas pela ELETRONUCLEAR

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR praticadas nos exercícios de 2010 e 2011 foram os seguintes:

- De 01 de janeiro a 04 de dezembro de 2010 > R\$ 135,63 /MWh – Resolução ANEEL nº 916, de 08 de dezembro de 2009;
- De 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011 > R\$ 145,48 /MWh – Resolução nº 1091, de 30 de novembro de 2010;
- De 05 a 31 de dezembro de 2011 > R\$ 148,79 /MWh - Resolução 1235, de 22 dezembro de 2011.

b) Nova regulamentação de comercialização

O contrato entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, assinado em 10 de julho de 2001, previa sua vigência até 31 de dezembro de 2014. No entanto, em 9 de dezembro de 2009, foi promulgada a Lei nº 12.111, que estabelece o término do contrato para 31 de dezembro de 2012 e, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e Angra 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional.

A ELETRONUCLEAR mantém-se na expectativa da regulamentação da Lei nº. 12.111, quando estarão definidos os parâmetros e critérios a serem praticados para o novo modelo de comercialização da energia das suas Usinas Angra 1 e Angra 2.

A mencionada lei prevê, também, que a ELETRONUCLEAR fica autorizada a repassar à FURNAS, entre 2013 a 2015, o diferencial verificado no período 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da ELETRONUCLEAR, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição, atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Não haverá ganho nem perda por parte da ELETRONUCLEAR, tratando-se exclusivamente de uma operação cruzada de comercialização de energia com repasse de recursos tarifários.

Embora ainda não tenha sido emitida a regulamentação da Lei Nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, no que se refere à energia produzida por Angra 1 e por Angra 2, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, seguindo o disposto na referida lei, definiu, conforme a Nota Técnica nº 308/2011-SER/ANEEL, de 16 de novembro de 2011, a tarifa de referência e a tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR no ano de 2012.

O valor estimado para o diferencial entre a tarifa praticada e a tarifa de referência para os anos de 2010 a 2012 é de R\$ 828.997 mil, sendo R\$ 283.907 mil referente a 2010, R\$ 306.079 mil referente a 2011 e R\$ 239.011 mil referente a 2012. Estes valores deverão ser alterados com a homologação definitiva das tarifas praticadas para os anos de 2010 a 2012, além de depender da finalização do processo de audiência pública.

Conforme também disposto na Lei Nº 12.111, a partir de 1º de janeiro de 2013 o pagamento à ELETRONUCLEAR da receita decorrente da energia produzida por Angra 1 e Angra 2 será rateado por todas as empresas de distribuição de energia do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Esta alteração não deverá promover impacto no equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

NOTA 36 - SEGUROS (Não auditada)

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 15.152.352 mil e está assim distribuído:

SEGUROS EM 2011			
SEGUROS - R A M OS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	31/5/2012	2.418.169	7.634
- Danos materiais		1.875.800	5.539
- Responsabilidade civil		542.369	2.095
Riscos de Engenharia	1/12/2015	12.419.075	171.046
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	315.108	396
TOTAL		15.152.352	179.076

NOTA 37 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2011, foram de R\$ 31.629,76 e R\$ 2.087,27 (R\$ 29.870,64 e R\$ 1.811,34 – dezembro de 2010) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2011, corresponde a R\$ 29.616,32 (R\$ 27.861,07 – dezembro de 2010)

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	2011	2010
Remuneração dos Diretores e Conselheiros (*)	2.464	2.431
Encargos Sociais	760	757
Benefícios	645	595
Outros	1	-
TOTAL	3.870	3.783

(*) Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração.

NOTA 38 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto, sem registros patrimoniais em 2011. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: a aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; a compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de bens e serviços para substituição em seu ativo imobilizado, a saber:

a) Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2012	347.886
2013	347.886
2014	318.257
2015	279.166
2016	6.379.905
TOTAIS	7.673.100

b) Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2012	30.767
2013	7.237
2014	3.627
2015	1.187
APÓS 2015	135.732
TOTAIS	178.550

c) Aquisição de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra 1 e Angra 2, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2012	76.274
2013	20.396
TOTAIS	96.670
